

CARTA DE BELÉM



Nós, representantes do movimento Ecotrabalhista, reunidos em Belém, às vésperas da COP 30, afirmamos nosso compromisso com um Brasil justo, soberano e sustentável.

Inspirados pela Carta de Lisboa, de Leonel Brizola — marco da reorganização do trabalhismo e da luta pela redemocratização do Brasil — e guiados pelos princípios do trabalhismo histórico e da ecologia integral, lançamos este manifesto ao povo brasileiro e às futuras gerações.

A Carta de Lisboa, escrita em um tempo de exílio e resistência, proclamou que o Brasil só seria verdadeiramente livre se fosse democrático, soberano e socialmente justo.

Hoje, diante da urgência climática e das novas ameaças à democracia, reafirmamos esse legado, ampliando-o para incluir a luta pela justiça ambiental e pela defesa da vida no planeta. Vivemos um tempo marcado por crises ambientais sem precedentes, por desigualdades sociais intoleráveis e por ameaças recorrentes à soberania e à democracia.

Como nos ensinou o trabalhismo, não há desenvolvimento verdadeiro sem justiça social; como nos exige a ecologia, não há futuro possível sem equilíbrio com a natureza.

Convocamos, portanto, a nação brasileira a reconstruir seu caminho com base em um novo projeto de país — um projeto Eco Trabalhista, enraizado na dignidade do trabalho humano, na soberania em defesa dos bens nacionais, na proteção da biodiversidade amazônica, na solidariedade internacional e na certeza de que a democracia deve ser radicalmente popular e participativa.

Assim como a Carta de Lisboa foi um farol na luta pela redemocratização, queremos que Belém seja um marco no século XXI: o lugar onde reafirmamos que não há soberania sem justiça social, não há justiça sem democracia, e não há democracia sem respeito à vida, à natureza e à sustentabilidade.

A seguir, apresentamos as 12 propostas centrais que orientarão nossa ação política rumo à COP 30 e às eleições de 2026, reafirmando a vocação do Brasil como nação justa, soberana e sustentável:

Manifesto Ecotrabalhista – Belém, às vésperas da COP 30

- 1. Transição Justa para uma Economia Verde**
Empregos dignos e sustentáveis.
- 2. Proteção e Recuperação dos Biomas**
Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampas.
- 3. Emergência Climática e Justiça Climática**
Adaptação e proteção dos mais vulneráveis.
- 4. Segurança Hídrica**
A água como bem público e direito do povo.
- 5. Soberania Alimentar com Agroecologia**
Comida saudável, sem veneno, para todos.
- 6. Reciclagem e Economia Circular**
Fim do desperdício e inclusão social dos catadores.
- 7. Cidades Sustentáveis e Resilientes**
Mobilidade verde e habitação digna.
- 8. Direito à Natureza**
Reconhecer a Mãe Terra como sujeito de direitos.
- 9. Proteção da Biodiversidade**
Defesa da fauna e flora contra a extinção.
- 10. Educação Ambiental**
Formar cidadãos ecológicos desde a infância.
- 11. Fiscalização Ambiental Forte**
IBAMA e ICMBio fortalecidos e independentes.
- 12. Participação Popular na Governança Climática**
Democracia viva nos territórios.



**ECO
TRABALHISMO**
SOBERANIA E SUSTENTABILIDADE

12

PROPOSTAS

DO
**ECOTRABALHISMO
E PDT PARA A
COP30 E ELEIÇÕES 2026**

**ELABORADAS PELA
EXECUTIVA NACIONAL DO MOVIMENTO**

PROPOSTA 1

Transição Justa para uma Economia Verde

OBJETIVO

Redirecionar a economia brasileira para modelos sustentáveis, promovendo empregos verdes com justiça social e territorial.

AÇÕES

1. Criação de um Plano Nacional de Transição Justa, com metas por setor e por região.
2. Estímulo à indústria verde, como energias renováveis, reciclagem, mobilidade elétrica e reflorestamento.
3. Implementação de um amplo programa de bioeconomia sustentável com foco na agricultura, extrativismo, turismo e outras atividades econômicas.
4. Taxar carbono em setores emissores e redistribuição dos recursos às ações de adaptação às mudanças climáticas.
5. Criação de "IPI Verde" com alíquotas variáveis conforme impacto ambiental.
6. Revisar subsídios ao agronegócio extensivo e setor fóssil.

MARCOS

Política Nacional de Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) + Proposta de Lei de Transição Justa e Empregos Verde.

PROPOSTA 2

Proteção e Recuperação dos Biomas Brasileiros

OBJETIVO

Conservar e restaurar os biomas, combatendo o desmatamento e promovendo corredores ecológicos.

AÇÕES

1. Restauração de 30 milhões de hectares até 2035, com prioridade à Amazônia e Cerrado.
2. Incentivo à criação de RPPNs e aumento de Unidades de Conservação.
3. Dinamização do Fundo Amazônia e novos fundos para outros biomas, com ampliação do financiamento para projetos de desenvolvimento sustentável das populações tradicionais da Amazônia.
4. Criar Zonas de Risco Ecológico e proibir atividades degradantes nelas.
5. Estimular bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis com base em conhecimentos tradicionais.

MARCOS

Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) + Nova Política Nacional de Conservação dos Biomas.

PROPOSTA 3

Emergência Climática e Justiça Climática

OBJETIVO

Declarar emergência climática e promover medidas estruturais com foco nas populações vulneráveis.

AÇÕES

1. Reconhecimento legal da emergência climática nacional.
2. Criação de um Fundo de Adaptação Climática com recursos públicos e privados.
3. Zoneamento de risco climático com planos de prevenção por município.
4. Exigir compromissos de descarbonização de grandes empresas com contrapartidas sociais.

MARCOS

Revisão da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) + Proposta de PEC do Clima.

PROPOSTA 4

Segurança Hídrica e Governança da Água

OBJETIVO

Proteger os recursos hídricos com foco na justiça territorial e prevenção de crises hídricas.

AÇÕES

1. Implantação do Plano Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas.
2. Moratória para uso intensivo da água em áreas de escassez crítica.
3. Reversão da privatização de companhias públicas de saneamento.

MARCOS

Lei das Águas (9.433/1997) + Nova Política Nacional de Segurança Hídrica.

PROPOSTA 5

Soberania e Segurança Alimentar com Agroecologia

OBJETIVO

Garantir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e com justiça no campo.

AÇÕES

1. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica com orçamento robusto.
2. Compra garantida de alimentos agroecológicos para escolas e hospitais.
3. Incentivo à conversão de sistemas convencionais para sistemas agroecológicos.
4. Tornar obrigatória a compra pública de alimentos agroecológicos para escolas, universidades e hospitais.
5. Revisão e proibição do uso de agrotóxicos com potencial nocivo a recursos naturais e consumo humano.

MARCOS

Fortalecer a PNAPO (Decreto nº 7.794/2012) + criar Lei da Soberania Alimentar.

PROPOSTA 6

Reciclagem, Resíduos Sólidos e Economia Circular

OBJETIVO

Transformar a gestão de resíduos no Brasil, reduzindo o desperdício, ampliando a reciclagem e estimulando a economia circular.

AÇÕES

1. Universalização da coleta seletiva com inclusão social dos catadores e apoio à cooperativas.
2. Implementação de metas nacionais de redução de resíduos plásticos, embalagens e materiais descartáveis.
3. Incentivos fiscais e linhas de crédito para indústrias que adotem modelos circulares de produção.
4. Logística reversa obrigatória e fiscalização rigorosa das grandes empresas.

MARCOS

Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) + Proposta de Lei da Economia Circular e Reciclagem Justa.

PROPOSTA 7

Cidades Sustentáveis e Resilientes

OBJETIVO

Reurbanizar o Brasil através de um “Novo modelo de desenvolvimento territorial ecológico e integrado” com foco em mobilidade verde, habitação digna e infraestrutura resiliente.

AÇÕES

1. Implantação de “Células Ecológicas de Desenvolvimento” nos pequenos e médios municípios do Brasil.
2. Implantação de “Núcleos de Reurbanização Ecológica” nos grandes municípios e regiões metropolitanas incluindo corredores verdes, jardins de chuva, ciclovias, transporte elétrico e arborização.
3. Realocação de habitações populares para zonas ambientalmente seguras.
4. Substituição da frota fóssil por veículos elétricos por meio de incentivos fiscais e linhas de crédito.

MARCOS

Nova lei do “Desenvolvimento Territorial Ecológico”.

PROPOSTA 8

Direito à Natureza e Reforma Constitucional Verde

OBJETIVO

Atualizar a Constituição com base na ecologia integral e no direito da natureza.

AÇÕES

1. Proposta de PEC do Direito da Natureza.
2. Inclusão do “Bem Viver” como princípio da ordem econômica.
3. Reconhecimento legal de ecossistemas como sujeitos de direitos.

MARCOS

Constituição Federal (Art. 225) + Campanha Nacional por uma Reforma Verde da Constituição.

PROPOSTA 9

Proteção da Fauna, Flora e Biodiversidade

OBJETIVO

Valorizar a sociobiodiversidade brasileira e frear a perda acelerada de espécies.

AÇÕES

1. Combate ao tráfico de animais silvestres e madeira nativa.
2. Fortalecimento dos centros de triagem e reabilitação de fauna.
3. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) voltado à biodiversidade.
4. Criação de corredores ecológicos e passagens de fauna em áreas com infraestrutura viária.
5. Implementação de programas de monitoramento contínuo de espécies ameaçadas, com base em dados científicos e participação de universidades, institutos de pesquisa e comunidades locais.

MARCOS

Lei da Biodiversidade (13.123/2015) + Proposta de Lei de Proteção à Vida Silvestre.

PROPOSTA 10

**“Educação Ambiental” e
Consciência Climática****OBJETIVO**

Formar cidadãos ecológicos desde a infância.

AÇÕES

1. Inclusão da Educação Ambiental e Mudanças Climáticas como disciplina curricular do ensino infantil ao ensino médio.
2. Implantação de Núcleos de Educação para a Sustentabilidade nas redes públicas de ensino, integrando hortas escolares, gestão de resíduos, captação de água da chuva, energia solar e outros elementos que transformem a escola em um espaço de prática ecológica.
3. Criação do Canal Público de Educação Climática.
4. Campanhas massivas sobre crise climática e consumo consciente.

MARCOS

Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) + atualização curricular nacional.

PROPOSTA 11

**Fortalecimento da
Fiscalização Ambiental****OBJETIVO**

Combater a impunidade ambiental e profissionalizar os órgãos de controle.

AÇÕES

1. Reforço expressivo do orçamento e da estrutura do IBAMA, ICMBio e órgãos estaduais.
2. Criação de Forças-Tarefa interinstitucionais com apoio da PF e MPF.
3. Monitoramento satelital e inteligência artificial no combate aos crimes.

MARCOS

Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) + criação de nova Autoridade Nacional de Fiscalização Ambiental.

PROPOSTA 12

Participação Popular e Governança Climática**OBJETIVO**

Democratizar o debate ambiental e garantir o protagonismo dos territórios.

AÇÕES

1. Criação de Conselhos Populares de Clima nos estados e municípios.
2. Orçamento participativo para projetos de justiça climática.
3. Garantia da Consulta Livre, Prévia e Informada a povos e comunidades tradicionais.

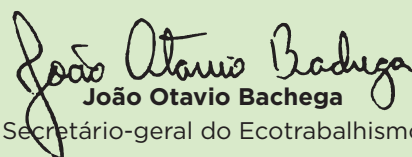
MARCOS

Convenção 169 da OIT + atualização do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).



Ivana Groff

Presidente Nacional
do Ecotrabalhisto

João Otávio Bachega
Secretário-geral do Ecotrabalhisto